

07.janeiro.2015 – 12h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF)**  
Dr. João Alvarenga Fernandes (Presidente)  
Dr. Rodrigo Queiroz e Melo (Membro da Direção)  
Dra. Sofia Reis (Assessora)
- Recebidos por:** Deputados Diana Ferreira (PCP), Nilza de Sena e Pedro Pimpão (PSD) e Sandra Pontedeira (PS)
- Assunto:** [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

**Exposição:** A Sra. Deputada Diana Ferreira (relatora desta temática) efetuou um breve enquadramento da audição, referindo que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#).

O Sr. Presidente da Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF) começou por agradecer o convite e a oportunidade de poder apresentar pensamento sobre um tema de grande apreço para a Confederação. Após uma breve apresentação da CNEF, que representa cerca de 700 escolas, o que corresponde a cerca de 20% do sistema educativo, sublinhou que defende um sistema composto por iniciativas da sociedade, a operar em condições de autonomia, liberdade e qualidade, e que tem de ser um parceiro ao serviço das famílias e não o contrário.

Apresentou, de seguida, algumas medidas setoriais concretas, que se integram num conjunto de políticas públicas de promoção da natalidade, proteção das crianças e apoio às famílias centradas no sistema educativo:

- Generalização da ação social escolar a todos os alunos que a ela têm direito pela sua condição de insuficiência económica;
- Melhoria dos contratos de desenvolvimento de apoio à família e outros instrumentos de apoio à frequência da educação pré-escolar;
- Melhoria dos contratos simples de apoio à família (ensino básico e secundário);
- Atribuição de bolsas para frequência do ensino profissional nas zonas do país onde não existem;
- Aumento da dedução fiscal em IRS das despesas de educação, de modo a diminuir a dupla tributação daqueles que optam por ter os filhos no ensino particular e cooperativo;
- Promoção da regulamentação do ticket escola;
- Criação de uma plataforma eletrónica de matrícula e inscrição na escola que torne mais justo e transparente o processo de inscrição nas escolas públicas estatais, de modo a garantir a liberdade de escolha, entre escolas estatais, das famílias com menor capacidade social.

Interviu, de seguida, a Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD), que fez um breve enquadramento da Resolução, que disse resultar do reconhecimento de que se trata de um problema de âmbito nacional, cuja solução exigirá um consenso entre os vários partidos. Saudou, de seguida, a intervenção efetuada, com a qual disse concordar na íntegra, e solicitou um maior detalhe relativamente a algumas das medidas apresentadas, nomeadamente no que concerne ao ticket escola, e solicitou, por fim, a posição da CNEF sobre uma eventual flexibilização do horário de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

---

trabalho dos pais com intervenção na comunidade educativa ou de outras medidas no âmbito da sua participação nos órgãos da escola.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) agradeceu as propostas apresentadas e perguntou se a crise económica tem sido sentida, de alguma forma, nas escolas, quer por parte dos pais, quer dos alunos, e solicitou informação detalhada relativamente à forma de melhoria dos contratos. Perguntou, por último, se têm sido ouvidos pelo Governo, sobre estas questões em concreto e sobre as dificuldades sentidas pelas famílias no atual contexto.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a presença e referiu que o PCP não acompanha a perspetiva apresentada pela CNEF. Afirmou que a questão que está em discussão não pode ser dissociada da situação económica e social do país, que decorre das opções dos sucessivos governos. Defendeu que a licença de maternidade e paternidade deveria poder ser gozada em simultâneo e terminou, considerando que cabe ao Estado a responsabilidade de assegurar uma rede pública de educação, que responda às necessidades da população, devendo as escolas privadas ter um carácter supletivo e não substitutivo.

Respondendo às questões colocadas, os representantes da CNEF reafirmaram que ao Estado compete apoiar as famílias, criando condições para que possam aumentar a natalidade, e consideraram ainda fundamental a previsibilidade e a estabilidade no sistema educativo. Esclareceram que o ticket escola permitiria evitar a questão da dupla tributação e teria benefícios ao nível da proteção social e referiram que os contratos simples e de desenvolvimento deveriam sofrer uma melhoria, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de serem alargados a novas escolas. Lembraram que os alunos que não estudam em escolas públicas ou em escolas com contrato de associação perdem não têm direito à ação social escolar, independentemente da condição económica das suas famílias.

Sublinharam ainda a necessidade de atribuição de bolsas no ensino profissional, nas zonas do país onde não existem, como é o caso de Lisboa e Vale do Tejo, e mencionaram que as famílias que têm possibilidade de escolha das escolas são as que, em regra, mais participam na vida escolar dos seus educandos.

Terminaram, afirmando que têm sido ouvidos sobre estas e outras questões, pese embora as suas propostas nem sempre tenham sido levadas à prática. A este propósito, afirmaram que a inclusão da CNEF no plenário do Conselho Económico e Social constitui uma reivindicação do setor.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 07 de janeiro de 2015

A assessora  
*Cristina Tavares*